

# **A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA VOZ DOS QUILOMBOLAS ATINGIDOS EM CABROBÓ (PE): A REALIDADE DO ACESSO A TERRA E A ÁGUA**

*André Tomé de ASSIS<sup>1</sup>*

*Maria Aparecida dos Santos TUBALDINI<sup>2</sup>*

## **Resumo**

A transposição do rio São Francisco atinge diretamente duas comunidades quilombolas na zona rural de Cabrobó (PE). Jatobá e Cruz do Riacho localizam-se aproximadamente e respectivamente, a trinta e a cinco quilômetros do rio São Francisco. As duas comunidades sofrem com a não regularização de suas terras enquanto comunidades quilombolas e com a implementação do projeto de transposição. Não possuem acesso devido à água e nem expectativa de vir a possuir. As categorias geográficas Lugar e Território se mostraram adequadas para se fazer um estudo desta realidade, utilizando-se do método fenomenológico, história oral e percepção.

**Palavras-chave:** Transposição. Rio São Francisco. Quilombo. História Oral. Percepção.

## **Abstract**

### **The transposition of the São Francisco river in voice of affected quilombolas in Cabrobó (PE): the reality of access to land and water**

The transposition of the São Francisco river directly affects two maroon communities in rural Cabrobó (PE). Jatobá and Cruz do Riacho are located approximately and respectively, thirty and five kilometers from the São Francisco river. The two communities do not suffer from the regularization of their land as maroon communities and the implementation of the project implementation. Have no access due to water nor expectation of owning. Geographical Location and Territory categories were adequate to make a study of this reality, using the phenomenological method, oral history and perception.

**Key words:** Transposition. São Francisco River. Quilombo. Oral story. Perception.

---

<sup>1</sup> Discente de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Rua Professor Augusto Barbosa, 142, Formiga/MG. CEP 35570000. E-mail: andretomeformiga@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte/MG. CEP 31270-901. E-mail: ubaldini1@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

A transposição do rio São Francisco, também chamada de “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” é um grande empreendimento sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional do Brasil. A obra teria a sua inauguração em 2015, onde seria assegurada a oferta de água em 2025, aos habitantes de municípios do agreste e do sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. (BRASIL, MI, O que é o projeto?, 2013).

Diversas são as dúvidas envolvidas no projeto, mas uma grande questão foi escolhida e será abordada neste artigo. Como as populações quilombolas que moram num lugar onde está sendo implantado um canal e obras derivadas, percebem e convivem com as transformações e as expectativas geradas por esse grande empreendimento no seu espaço de vivência (lugar), principalmente no que se refere ao uso e acesso a terra e a água?

Procurando responder a esta pergunta, o objetivo geral é registrar, compreender e discutir a voz de duas comunidades quilombolas diretamente atingidas na zona rural de Cabrobó (PE), através de métodos da fenomenologia, história oral e percepção e das categorias geográficas lugar e território.

O Projeto da transposição é dividido em dois grandes eixos (Norte e Leste). E cada eixo é dividido em metas. O Eixo Leste parte de Floresta em Pernambuco, onde está a chamada meta piloto. Essa meta de 16 km possuía em 2013, 74,7% de conclusão. O Eixo Norte parte de Cabrobó em Pernambuco, a primeira meta deste eixo tem 140 km e possuía em 2013, 42,3% de conclusão. (BRASIL, MI, O que é o projeto?, 2013).

A Comissão Pastoral da Terra (2013) em seus documentos, fazendo análises de colocações da Articulação Popular São Francisco Vivo, aponta comunidades diversas como indígenas, quilombolas, pequenos produtores agrícolas diretamente atingidas pelas obras da transposição.

Neste sentido, foram identificadas as seguintes comunidades quilombolas: “Cruz do Riacho”, quilombolas que moram aproximadamente a cinco quilômetros do rio São Francisco e; “Jatobá”, quilombolas que tiveram suas principais terras ocupadas pela construção de um reservatório que receberá as águas que forem transpostas, e moram aproximadamente a trinta quilômetros do rio São Francisco.

## DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A palavra método vem do latim *methodus* cujo significado é caminho ou a via para a realização de algo. Método portanto é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar a um conhecimento. Método ! Meta + odos = Alvo + caminho (total). (AMORIN FILHO, 2014).

Neste sentido o método aqui utilizado está inserido na fenomenologia. Um método filosófico que se propõe a observar aquilo que está acontecendo como vivência imediata do ser humano. (LIMA, 2014).

Dentro da fenomenologia foi utilizada a história oral e a percepção. Onde se entende que ainda podem existir acadêmicos que produzem o conhecimento pelo conhecimento; mas a história oral, no entanto, se preocupa em discutir junto às comunidades seus anseios. O pesquisador deve ir à busca da realidade local, investigar

o que não é mostrado em documentos oficiais, registrar e discutir a voz de quem não é escutado. "O historiador de política da classe operária pode justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato e a voz das pessoas do povo – sejam elas apáticas ou militantes." (THOMPSON, 1992, p. 25).

Quando se colhe a história oral, também se colhe percepção. Segundo Amorin Filho (1999) a entrada do novo milênio é um período da história humana que testemunha a difusão de uma forma de se encarar e valorizar o ambiente em que vivemos. No meio acadêmico e intelectual em geral e nos mais diferentes organismos de pesquisa cujo objeto de pesquisa é a superfície terrestre, tem se valorizado a percepção, movimento que reconcilia geógrafos com as raízes mais profundas da própria geografia, abrindo caminhos para empreendimentos multidisciplinares.

A Percepção dentro da Geografia se apresenta como método fenomenológico. A fenomenologia por sua vez valoriza o indivíduo e suas experiências vividas e adquiridas. O espaço seria um contexto experienciado que envolve aspectos do passado, presente e futuro. (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 22).

A partir da década de 1960 há um resgate e uma nova valorização de se explorar lugares sobre a terra. A Geografia Humanista possui raízes antigas e marcos fundamentais na pesquisa ambiental. A partir do séc. XIX algumas contribuições podem ser lembradas: A Escola Francesa Tradicional, as reflexões de Saner (1925), as ideias de Wrigjt (1947), as propostas de Kirk (1951), etc. e por último e mais abrangente Yi-Fu Tuan, desde a década de 1960 apresentando conceitos, como topofilia, topofobia e topocídio. (AMORIN FILHO, 1999).

Assim a Geografia Humanista valoriza os lugares, suas questões naturais e a forma como o homem se faz presente. Segundo Hochberg (1966), estudamos a percepção numa tentativa para explicar nossas observações de mundo que nos rodeia.

É nesta perspectiva que podemos compreender e valorizar melhor os espaços que ocupamos. Segundo Ismerim (2005), o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

É, portanto, no conceito de lugar que se apoiará, mais profundamente, as respostas aqui trazidas. Ficou claro também durante a pesquisa que o lugar pesquisado está delimitado por núcleos de poder. Neste sentido a categoria Território também poderia ser empregada. Segundo Haesbaert (2004), o conceito de Território em qualquer acepção tem haver com poder. Ele usa dos conceitos de Lefebvre (2006) para lembrar que este poder pode estar caracterizado pelo poder unifuncional pela lógica capitalista ou pelo "espaço-tempo vivido", onde o território é sempre múltiplo "diverso e complexo".

Neste sentido, podemos partir da análise do lugar para o território e retomar a discussão novamente e quantas vezes for preciso, do território para o lugar. Na especificidade da pesquisa, observando-se o valor dos sentimentos das pessoas quanto ao lugar onde elas moram, o vivido é sem dúvida essencial. "O lugar é vivido a partir das experiências individuais e coletivas com os que partilham os mesmos signos e símbolos [...]." (LIMA; KOZEL, 2009, p. 2010).

Estes lugares, sem nenhuma oposição, podem aparecer também com a definição de "Comunidades". Segundo Lima (2010, p.85), numa construção geográfica/sociológica o uso mais comum do termo seria usado para identificar grupos que têm em comum uma característica relevante. Denominação relacionada à etnia, religião, ocupação, população quilombola, etc.

A Geografia é uma ciência de síntese na confluência dos métodos de diversas ciências, dotada de múltiplas vias de acesso. Em uma relação entre aspectos naturais

e humanos a Geografia se apresenta. "Para poder reivindicar um objeto próprio a Geografia deverá colocar no centro dessas relações a preocupação com a existência dos homens." (GEORGE, 1986, p. 15).

O lugar é apresentado onde o homem está ambientado e integrado. Onde o indivíduo possui relação de sentimento, de afeição, de vivência com o seu espaço. "O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem sua significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas." (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 22).

Portanto percebe-se que para poder compreender um determinado lugar não basta um olhar de turista, é preciso ter atenção e paciência. É necessário ter um olhar como uma criança que brinca na natureza sem preocupação ou regras de beleza definida. Desta forma, a percepção é uma forma de entender as relações humanas com seu meio ambiente. Eventualmente este tipo de trabalho nos forneceria compreensão básica de como as pessoas reagem às incertezas durante os eventos naturais ou artificiais. (TUAN, 1980, p.4).

No caso do lugar atingido pela transposição do rio São Francisco, este lugar estaria dando espaço aos territórios da globalização capitalista industrial. A categoria território também neste momento pode ser utilizada para se compreender o sistema capitalista e as questões políticas e econômicas em que está inserida a implementação do grande empreendimento.

Segundo Santos (2003) hoje temos um Mundo confuso e confusamente percebido, onde há o progresso da ciência e da técnica, mas as explicações são mecanicistas e insuficientes. Onde a História pode ter sido distorcida. E há uma fábula de discurso de mundo único onde na verdade existe é uma fábrica de perversidades globais.

Entende-se nesse artigo que a um processo de resistência do lugar frente ao território capitalista. Onde o lugar é tido como um espaço onde as pessoas conhecem, valorizam e possuem formas de sobreviver e se manterem ali vivas, com suas tradições. Estes lugares, como no caso dos quilombolas de Cabrobó se mostram vivos e cheios de significados. O território da globalização, com as técnicas da produção capitalista, chega nos lugares buscando a formalização dos espaços através de um processo único de produção, tido como única forma de sobrevivência, descaracterizando os significados dos lugares e replicando características de um único mundo possível.

Mas Santos (2003) também cita que pode se haver uma outra forma de globalização, um mundo melhor pode vir a ser, desde que haja uma globalização mais humana, com novos fundamentos sociais e políticos, onde se deve reconhecer outros fatos históricos, uma enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos; uma verdadeira sócio diversidade, onde se deve haver uma reconstrução e sobrevivência das relações locais, um novo discurso, uma nova história.

Para tanto, entende-se que não é desprezível os avanços técnicos da produção capitalista, desde que sejam respeitadas as reais necessidades dos moradores, com suas histórias reais e suas capacidades de perceber e sobreviver em lugares únicos. Que não haja uma exclusão das pessoas dos seus lugares e sim uma valorização destas pessoas, de seus modos de vida e de produção, e que a técnica só possa trazer respostas as suas reais carências e não a carências inventadas, produzidas e cheias de especulações e distorções de mundo.

## O LUGAR E O TERRITÓRIO DA TRANSPOSIÇÃO

As transposições do rio São Francisco exigem uma nova forma de se pensar o rio e sua bacia. Apesar de este artigo tratar das transposições num lugar onde as pessoas são diretamente atingidas, não é possível estreitar a discussão de forma geométrica.

O rio São Francisco tem 2.800 km de extensão e nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, chegando ao oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe. Após as transposições, o rio São Francisco deve ocupar outros Estados da região nordeste do Brasil, além dos sete Estados que ocupa atualmente. (BRASIL, MI-RIMA, 2004, p.13).

O Projeto de Integração do Rio São Francisco, na justificativa do Ministério da Integração, busca solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região do nordeste setentrional do Brasil, que estariam inviabilizando a sobrevivência em condições dignas das populações que lá moram, gerando situações de pobreza e miséria. (BRASIL, MI, RIMA, 2004, p.03).

Existe, pelos quilombolas de Cabrobó, uma perspectiva negativa de que o rio São Francisco possa a vir a ser usado em todo o nordeste, em grandes projetos agrícolas de exportação para outros países, com a expulsão dos moradores locais, mesmo onde não há problemas com a seca. Um receio de que a água chegue aos grandes empreendimentos agrícolas e não as comunidades que sofrem com a seca. Garcia e Belucci (2009, p.152) lembram que o Nordeste é marcado por uma série de diferenças naturais, humanas e econômicas, sobretudo do litoral para o interior.

A ideia do "Projeto de Integração do Rio São Francisco" é que ele funcione como uma "torneira", que quando haja necessidade, seja liberada certa quantidade de água do rio São Francisco para as regiões onde ela está faltando. Isso seria feito respeitando os limites da bacia doadora e as necessidades das bacias receptoras. (BRASIL, MI-RIMA, 2004, p.27).

Cabrobó é onde se dará início ao chamado Eixo Norte, que transportará um volume médio de 45,2 m<sup>3</sup> de água por segundo pelo sistema. Ele levará água para os rios Brígida (PE), Salgado (CE), do Peixe e Piranhas-Açu (PB e RN) e Apodi (RN) e para os açudes Chapéu (PE), Entremontes (PE), Castanhão (CE), Engenheiros Ávidos (PB), Pau dos Ferros (RN), Santa Cruz (RN) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN). Pela sua extensão, foi dividido em cinco trechos. O Eixo Norte é composto por aproximadamente 402 km de canais artificiais, 04 estações de bombeamento, 22 aquedutos, 06 túneis e 26 reservatórios de pequeno porte. Nesse Eixo, ainda estão previstas duas pequenas centrais hidrelétricas junto aos reservatórios de Jati e Atalho, no Ceará, com respectivamente, 40 MW e 12 MW de capacidade. (BRASIL, MI, RIMA, 2004, p.37).

Em Cabrobó existem comunidades que são banhadas pelo rio São Francisco e a outras que não possuem nenhum tipo de acesso às águas do rio. Ao norte de Cabrobó estão municípios que sofrem com a seca e ao sul grandes produtores agrícolas que utilizam as águas do rio São Francisco.

Portanto, não há dúvida que Cabrobó é um ponto de encontro entre a realidade seca do nordeste setentrional e pólos agroexportadores da bacia do rio São Francisco. Em Cabrobó pode-se citar duas comunidades quilombolas diretamente atingidas pelas obras; uma próxima ao rio e que não será cortada pelo canal, e a outra mais distante do rio e que está sendo cortada pelo canal.

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2014), quilombolas são descendentes de escravos africanos que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao

longo dos séculos. Sendo assim ela formalizou oficialmente as comunidades Jatobá e Cruz do Riacho, em Cabrobó, como comunidades quilombolas.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2014), existe um plano específico para lidar com os quilombolas atingidos. O Programa de Apoio as Comunidades Quilombolas - PBA 17 visaria acompanhar o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas, promover a melhoria na qualidade de vida e apoiar o desenvolvimento dos processos produtivos na área de influência direta e indireta das obras.

Na prática, poderão ser notadas pelos depoimentos dos moradores dessas duas comunidades, carências, tanto enquanto comunidades quilombolas, tanto quanto diretamente atingidos pelas obras da transposição.

## **COMUNIDADE QUILOMBOLA JATOBÁ**

Segundo um entrevistado, a história da comunidade Jatobá remete aos anos de 1840 com o nascimento de Manuel Gregório de Sá Barreto, filho de uma escrava, com o senhor de escravos de nome Gregório Barreto. Quando Manuel Gregório se casou, no ano de 1879, foi morar na localidade onde atualmente é a comunidade Jatobá. Na chegada neste lugar constituiu família. A esposa de Gregório era da família das chamadas "domingas", que habitavam a região há séculos.

O processo de reconhecimento da comunidade, enquanto comunidade quilombola iniciou-se em 2004. "Em 2006 a gente começou a viabilizar [...] o reconhecimento, documentação e tudo isso". A.<sup>3</sup>

A Comissão Pastoral da Terra Nordeste II (2013), em notícia divulgada em setembro de 2013, afirma que a comunidade quilombola Jatobá conta hoje com aproximadamente 160 famílias, e que no dia 31 de agosto de 2013, reunidos numa igreja, receberam o laudo antropológico na ansiedade para ver a demarcação final de seu território.

Em 2006, na época dos trâmites do processo para reconhecimento da comunidade Jatobá enquanto quilombolas, chega na região as obras de transposição. A comunidade é cortada pelos canais de transposição e por outras obras ligadas a construção dos canais, como a construção de um reservatório de água. A comunidade encontra-se aproximadamente a trinta quilômetros do rio São Francisco. Como o processo de reconhecimento do território quilombola Jatobá estava em andamento, um entrevistado explica que o Ministério da Integração, neste primeiro momento, não reconheceu as terras atingidas pela transposição na região deles como sendo de quilombolas.

Outro entrevistado insere seu depoimento dizendo que quando se pensa numa primeira ideia da obra todos se encantam. Ele mesmo diz que ficou encantado com a ideia, mas quando foi ver a realidade na prática, a situação foi outra. "É uma obra que seduz" B.

Para todos entrevistados a chegada das obras da transposição se estabeleceu numa discordância entre o Ministério e a comunidade. Eles explicam que somente em

<sup>3</sup> Morador da Comunidade Quilombola Jatobá. Os entrevistados estão identificados apenas por letras. O objetivo deste tipo de identificação é preservar a identidade do entrevistado, garantindo a ele um melhor conforto para que possa expor suas opiniões, sem grande receio de sofrer algum tipo de constrangimento.

2010 o Ministério veio a admitir a comunidade Jatobá, como comunidade quilombola. Porém até 2013, o processo fundiário ligado à certificação quilombola, que deve ser finalizado pelo INCRA, não foi concretizado.

Sendo assim, diversas terras ocupadas pelas obras não são consideradas como da comunidade Jatobá. Um entrevistado explica que algumas terras, uma grande quantidade, pertenciam a um único dono e que de geração em geração, foi sendo transferida a posse sem uma documentação legal.

Os moradores da comunidade reclamam que não receberam nenhum tipo de indenização ou algo semelhante pela perda das suas terras. E que mesmo hoje, com o projeto de certificação de quilombolas oficializado, receberam apenas promessas de compensação. "No caso eles ofereceram um monte de projetos compensatórios que seria para compensar a degradação." A.

Outro entrevistado salienta ainda que estes projetos de compensação ainda não foram concretizados, ficaram apenas nas promessas. "Então quando eles sentiram essa situação, eles quiseram amenizar com as obras compensatórias, só que até hoje as obras não chegaram." C.

Outro entrevistado conta que para agravar a situação, as melhores terras que eles possuíam para o plantio e os lugares onde eles conseguiam água estão sendo ocupados pela construção de um dos reservatórios que receberão água da transposição. "No caso, nas terras que a gente trabalhava, onde tinha água que a gente poderia usar na questão de trabalho está sendo construído o reservatório." D.

Além disso, eles explicam que existem áreas que não estão em processo de demarcação como território quilombola, mas que eram utilizadas em regime de parceria com outras comunidades ou com os fazendeiros da região. Como as áreas também estão sendo ocupadas pelas obras da transposição, eles estão ficando sem terra para trabalhar.

Eles explicam que possuem uma relação de uso e posse da terra, diferente do que o Ministério entende. "Quando a gente diz assim: a nossa terra; a gente trabalhava na terra, a gente não era dono da terra não, a gente estava fazendo uso da terra". A.

Comentam que para eles não é uma documentação que garante o usufruto da terra. "Mas a nossa relação com a terra não é o papel que é dado, é o que a gente vai tirar dela, o que vai consumir, o que a terra dá, não é um papel que eles dão." C.

Outro entrevistado explicou que a comunidade possui tradição histórica na prática da agricultura e da pecuária e que não sabem fazer outra coisa. "Já acabaram com o açuque que a gente tinha, [...] há três anos as famílias daqui já ficaram sem ter onde trabalhar". D.

Eles relataram que as práticas positivas do Ministério da Integração, das empresas ou de outros órgãos relativos à transposição do rio São Francisco no território quilombola Jatobá, são praticamente nulas.

Algumas contratações de homens para o trabalho braçal nas obras, algumas casas que foram construídas na comunidade e nada mais. "A única obra que eles começaram foi as casas, que seria a troca de casa de taipa pela casa de alvenaria. Fizeram apenas vinte e uma, ficou faltando, eram trinta e cinco casas." A.

Em relação a essas contratações outro entrevistado explica que as empresas apenas contratam mão de obra braçal e barata, que os que realmente recebem um bom salário são trabalhadores trazidos de outras regiões do Brasil. "Mas importavam mão de obra de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Claro que ninguém aqui ganhou a função do engenheiro ou de encarregado de obras." C.

Eles contam que foi insignificante o número de moradores da comunidade contratados. "Numa comunidade que são cento e sessenta famílias, cinco pessoas trabalham, que emprego trouxe? Tem pessoas correndo todo dia lá na obra procurando emprego, mas tem cinco pessoas só trabalhando." A.

Outro entrevistado explica que quando o Ministério aceitou que a comunidade seria diretamente atingida, vieram pessoas das empresas que estavam atuando na época na obra e prometeram cursos profissionalizantes, que a prefeitura local também prometeu, mas que no fim eles não tiveram acesso. "Aí eles tentaram recorrer em cima disso, contrataram a empresa de engenharia e daí começaram a agradecer as comunidades em cima de informações, mas nada foi feito." D.

Em relação ao abastecimento de água, explicaram que a única fonte de água deles vem de uma adutora de outro município, Salgueiro. "Mesmo assim para consumo humano, mas não atende todo mundo, é deficiente, continua deficiente. É a realidade da adutora, tem pessoas que ficam um mês sem água." A.

Eles explicaram que a transposição ocupou as terras que eles usavam para plantar, inclusive as mais férteis. "Ele cortou (o canal) a área onde o pessoal trabalhava." A. Mas não foram só as terras que foram cortadas ou ocupadas, as obras também ocuparam seus açudes, cacimbas e seu principal riacho, o riacho Grande. "Era o riacho Grande, o canal mesmo passa onde tinha as terras mais produtivas, era onde tinha água mesmo". C.

Explicaram que este riacho é de extrema importância para a toda a comunidade rural de Cabrobó. "Aí que entra a reivindicação do pessoal. Canal, podia passar 200 canais, mas que se tivesse a perenização do riacho. É a redenção de todo mundo." B.

Sem água no riacho, toda a infra-estrutura hídrica que eles possuíam para as suas atividades ficou comprometida. "O açude foi detonado. A maior bacia vai ser exatamente em cima do açude, bem onde a gente plantava." A. Sem açude, sem riacho, sem cacimba e sem terra para plantar a comunidade se viu acuada e sem ter como trabalhar.

Acrescentam que para o futuro, possuem o receio de que a água transposta seja levada para grandes empreendimentos agrícolas, e que o prejuízo deles só aumenta. Eles lembram que a comunidade não possui recursos financeiros, que não vão ter condições financeiras, nem para comprar, nem para transportar água, nem para deixar as terras que ainda possuem em ponto de plantio. "Vai ter água, mas a gente não vai ter o dinheiro pra gente comprar a concessão da água e nem deixar o terreno no ponto de plantio." A.

Diante disto, indicam que é necessário junto com a revitalização e perenização do riacho, um projeto de irrigação. "Um projeto de irrigação demarcado, com a área irrigada." C.

Os entrevistados explicam que sem água e sem um projeto de irrigação, eles não terão como trabalhar a terra e não sobraria outra possibilidade a não ser vender as terras. "Deixar a terra devoluta ou vender." D.

Salientam que já existe especulação pelas terras ao longo dos canais e das obras da transposição. Eles contam que já é visto na região deles uma movimentação de pessoas estranhas às comunidades na busca pela compra de terras. "Do Piauí, e de Minas Gerais querendo entrar aí dentro. Eles não vão entrar, porque a gente preiteou o nosso território até lá." A.

Pode se concluir, que os entrevistados apontam que eles ficaram sem a água, a terra e a capacidade produtiva, abrindo espaço para que outras pessoas, não do lugar, fiquem com as terras e implementem na região outras formas de produtividade



agrícola; que não atende a interesses do lugar (subsistência) e sim de territórios voltados para o outro objetivo, a comercialização de produtos agrícolas e o lucro.

Perguntados se eles vêem alternativa mais viável para trazer água até eles, eles citam a construção de pequenas adutoras, levando a perenização do riacho. "Adutora, como foi feito a que tem aqui, não gasta tanto."

Quando questionados sobre a necessidade de outras regiões necessitarem das águas da transposição, eles dizem não acreditar que a água irá beneficiar os reais necessitados, visto que eles só sofrem com as obras, acreditam que os demais também passarão pela mesma realidade. "Eles podem até ir achando bom, mas quando chegar lá, vão ver que nada será feito, com certeza." A.

## **COMUNIDADE QUILOMBOLA CRUZ DO RIACHO**

Conta um entrevistado, que a comunidade teve seu início mais ou menos em 1907, com a chegada de um dos seus ancestrais que viu naquela região a possibilidade de se construir a realidade que sonhara. "A comunidade aqui existe desde 1907 quando meu avô chegou aqui, Mané Preto."

Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (2014) a comunidade Cruz do Riacho conta com 26 famílias, e possui processo de demarcação de terras no INCRA. Os entrevistados contaram que em 2013 receberam em sua comunidade um antropólogo. O antropólogo ficou na comunidade por cerca de um mês e realizou uma diversidade de estudos. Eles explicam que já são reconhecidos como comunidade quilombola, mas que em questão de benefícios por causa do título, não tiveram uma valorização adequada.

Contam que para resolver seus problemas enquanto comunidade quilombola, procuram buscar apoio na prefeitura e em outras escalas de poder, mas sem grande sucesso. Em relação ao Ministério da Integração Nacional, ou com outros grupos e empresas ligados a transposição, disseram que não tem voz nas discussões.

A comunidade Cruz do Riacho está localizada aproximadamente a cinco quilômetros do rio São Francisco e não é cortada diretamente pelo canal de transposição. Justificam a não expectativa positiva em relação às obras da transposição, dizendo que nunca tiveram acesso as águas do rio São Francisco. "Cabrobó é a menina dos olhos de ouro que vai levar água para os outros Estados, enquanto a população de Cabrobó está morrendo de sede, isso é o que está acontecendo." E.

Eles contam que em 2004, tiveram as primeiras reuniões com o pessoal do Ministério da Integração Nacional para a chegada das obras. "A gente teve essa reunião, onde ele assinou o projeto da construção das casas." E. Assim logo na chegada das obras da transposição, se deu a promessa de que as casas da comunidade passariam por reforma ou seriam reconstruídas. Casas de Taipa seriam reconstruídas por alvenaria. Até 2013, esse projeto não tinha sido terminado.

Mas segundo outro entrevistado, logo nesta reunião já se teve um embate entre os diretamente atingidos e o Ministério. Na reunião estavam presentes diferentes grupos de pessoas e as alterações no lugar onde estas pessoas viviam já foram apresentadas.

Ele explicou que neste momento a mídia brasileira esteve em Cabrobó e começou a ser divulgado as alterações que a obra causaria nas comunidades diretamente atingidas. Neste instante começou a ser percebida a resistência do povo local e o não

querer da implementação da transposição da forma proposta. Mas que nada adiantou, e as obras prosseguiram, e as colocações que eles irão agora demonstrar aqui, foram abafadas ou manipuladas.

Eles explicam que atualmente possuem acesso a água apenas para consumo humano, por meio de uma pequena adutora. "Aqui a gente tem um projeto de água encanada, é um projeto paliativo que um vereador fez. A água é insuficiente, mal dá pra gente beber." E.

Lembram que já passaram por momentos de calamidade em relação ao acesso a água. "Aqui já teve época da gente pegar fila para pegar uma cacimba, pra pegar uma lata d'água, [...] dez reais, cinco reais, quem podia dar mais pra comprar água." F.

Sendo assim, outro entrevistado comenta que Cabrobó, que é um Município cortado pelo rio São Francisco, não tendo acesso de forma correta à água do rio São Francisco, não deveria estar inserido num projeto de enviar água para outras regiões do país. "Eu acho assim, a gente primeiro tem que organizar a nossa casa pra poder então organizar a casa dos outros." G. Outro entrevistado salienta que esta realidade de carência de água, é uma carência de todo o Estado. "O que está acontecendo é que eles estão preocupados com outros Estados, enquanto Pernambuco está morrendo de sede." E.

Em relação as estratégias que eles tinham e ainda tem para usar a água do rio São Francisco, citam formas precárias de se locomoverem até o rio. "Uns de pé, outros de bicicleta, outros de jumento, de carroça, para ir até o rio São Francisco." F.

Mas mesmo com essa precariedade de acesso as águas do rio São Francisco, ainda temem que a transposição altere a quantidade de água presente no rio e que eles não venham a ter nenhum acesso ao rio. "Já com esse projeto de transposição, hoje a gente não vai fazer nem isso, porque o rio está acabando. Aqui a gente tinha uma perna do rio que vinha até aqui, acabou, não temos mais." F.

Assim relatam que ao longo do tempo, antes mesmo da chegada da transposição, já acompanharam a diminuição da quantidade e qualidade da água, o que eles têm receio de ser agravado. Salientam a necessidade de um projeto de revitalização do rio. "A gente vê a situação da devastação do meio ambiente, e em relação à revitalização do rio também, a gente não está vendo nada acontecer." E.

Lembram da maior vitalidade do rio, que acreditam hoje não mais haver, graças às mudanças causadas no rio pelos homens ao longo de todo do seu curso, o que segundo eles, pode ser agravado com a transposição. Exemplificam uma grande mudança que sentiram na vitalidade do rio com a construção de usinas hidrelétricas. "Assim, a última vez que o rio encheu foi em 2003, foi o único ano que encheu, isso quem fez foi as barragens." F.

Lembram que quando o rio tinha uma vitalidade maior, eles mesmos, além do regime de parceria com outras pessoas, conseguiram usar as águas do rio, graças a sua capacidade de inundação, que era tão grande que alcançava uma grande área, os aproximando geograficamente das margens do rio. "Tinha a vazante do rio, aí o rio ia vazando e o pessoal ia acompanhando, plantava batata, plantava rameira, plantava abóbora, plantava feijão" F.

Mesmo que eles não usassem a terra para plantar, lembram que poderiam usar as terras para caçar, colher plantas e frutos naturais ou mesmo pescar no próprio rio. "Tinha peixe, o cumatá, a piranha, o mandi; hoje esses peixes não têm nada mais, acabou, não tem mais." F.

Neste sentindo, indicam que o rio está passando por um processo de degradação ambiental, agravado pela transposição. "Piorando mesmo, está terrível, está na UTI, no oxigênio, está no soro, ele está assim, na UTI." E.

Sendo assim, eles relatam que já há muito tempo sentem dificuldades de uso das águas e das riquezas geradas pelo rio São Francisco. Salientam assim, como os quilombolas da comunidade Jatobá, que uma das alternativas que eles tinham para conseguir água era o uso do riacho Grande.

O mesmo riacho que corta a comunidade Jatobá, passa pela comunidade Cruz do Riacho. Um riacho intermitente, e que assim como na outra comunidade, os entrevistados dizem que as obras da transposição o assorearam e agravaram a capacidade do riacho de levar água em algum momento até eles. "A gente não tem água, a gente vai até Terra Nova não tem água, secou o riacho, o riacho está parecendo caatinga pura". E. Este Riacho vem de Terra Nova, município vizinho a oeste de Cabrobó, e passa pela comunidade Jatobá até a comunidade Cruz do Riacho, onde desaguava no rio São Francisco.

Um entrevistado explica que já houve projetos de se levar águas do rio São Francisco até eles, ou de melhorar a adutora que já existe, ou de se perenizar o riacho deles, mas que nada foi feito. "Tem, esse projeto mesmo, ele está lá, os canos enterrados, tudo comprado. Eles fizeram aqui, só que tem que ter uma estação de tratamento, nem caixa fizeram." G.

Ele explica que a desculpa é sempre da falta de verba. "[...] Mas segundo o prefeito era um projeto muito caro e que era muito difícil, e aquela história toda. Então estão lá os canos enterrados, as bombas guardadas." G.

E assim, como os outros quilombolas, o que eles mais reivindicam é que se possa levar as águas transpostas até a barragem no município de Terra Nova, e com a revitalização e a perenização do riacho, levar a água até as terras deles. "Porque a gente tem uma barragem ali, beneficiaria 80% da população de Cabrobó." E.

Além do acesso a água, também lembram da necessidade de um projeto de irrigação e de agricultura, para que eles possam vir a usufruir das águas transpostas. Assim lembram-se do passado, onde em determinadas épocas do ano migravam para perto do rio, mas demonstram que isso hoje não é mais possível, visto que as terras nas margens do rio São Francisco possuem donos autoritários, que trabalham com uma agricultura voltada para o comércio.

Neste sentido, um entrevistado explica que com a chegada das obras da transposição houve uma especulação imobiliária nas terras no entorno do rio ou do canal da transposição, aumentando muito o valor da terra. "Aqui em Cabrobó a gente comprava um terreno por mil e duzentos, mil e trezentos reais, um terreno bom [...] hoje não se compra um terreno por menos de dez mil reais." E.

Ele explica que essa especulação imobiliária começou antes mesmo da chegada das obras. "Teve gente que passou a perna de várias formas, onde a transposição vai passar, por exemplo, teve gente que veio de fora, comprou o terreno por uma mixaria." E.

Acreditam que algumas pessoas, já sabendo do projeto das obras da transposição, vieram e tentaram comprar as terras mais baratas, esperando por sua valorização, pelas possíveis indenizações que poderia vir por parte da transposição ou por futuros projetos agrícolas que poderiam vir a ser implantados na região. "Em muitos lugares aconteceu isso, o cara chegou lá e comprou o terreno dizendo que queria construir algo, na verdade não era isso, na verdade eles queriam a indenização." E.

Ele também comenta, que na cidade pode ser visto um aumento de preços nas casas, nos alugueis e em vários produtos. "O aluguel era cinquenta, setenta, [...] as casas mais fracas que tem agora é cento e vinte, cento e cinquenta reais." E.

Um problema sério, pois subiram preços de produtos essenciais. "Em compensação também o mercado subiu muito, alimentos, roupas, calçados, tudo encareceu." E.

Sendo assim, eles não podem mais migrar para próximo ao rio, não possuem condições de comprar terras próximas ao canal ou ao rio, e também não teriam condições de mudar para a cidade. Eles contaram que a fonte de renda deles hoje é baseada em bolsa família, no mínimo de agricultura possível e no salário dos homens que trabalham nas empresas.

Em relação ao trabalho que as empresas oferecem, olham com receio para essa oferta, como medo do que virá a ser dos trabalhadores quando as empresas forem embora. "Uma vantagem da transposição é que esses meninos, esse aqui, foram contratados na firma, que enquanto eles estão trabalhando lá estão ganhando dinheiro e está mantendo suas famílias, mas e quando as empresas forem embora?" E.

Outro entrevistado relatou que são dez pessoas da comunidade que trabalham para as empresas. Ele explica que de forma geral, a maioria dos trabalhadores é de Cabrobó, mas que isso só aconteceu, porque eles fizeram protestos. "Teve uma manifestação em Cabrobó e Terra Nova e aí melhorou, porque estavam priorizando outros Estados." F.

A falta de água e a seca são os principais problemas que a comunidade enfrenta para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que a sua principal atividade era a agricultura. Assim, na verdade os entrevistados esperam por projetos adequados de agricultura. "O Ministério da Integração deixou muito a desejar, porque na primeira visita que eles fizeram aqui era uma coisa assim, que água ia trazer tudo, saneamento básico, escola diferenciada, posto médico. E nada aconteceu." E.

Percebe-se que nas falas da comunidade Cruz do Riacho sobre as estratégias para o fomento da renda, da produção agrícola e do próprio bem estar da comunidade, torna-se necessário, uma integração maior entre ações do município, do Estado e do governo federal, com respeito as suas necessidades e o conhecimento que eles detêm acerca do lugar de onde eles vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço rural de Cabrobó existem duas comunidades quilombolas com tradições e culturas semelhantes, mas com características individuais, que merecem ser tratadas de acordo com suas necessidades particulares. Isto não vem acontecendo, nem enquanto quilombolas, nem enquanto diretamente atingidos pela transposição do rio São Francisco, principalmente no que rege as suas necessidades e direitos de acesso à água e a terra.

Estas comunidades, ainda que neste momento não possuam oficialmente a posse total da terra, expressam enquanto quilombolas, no seu lugar de vivência, sentimentos e fatos que demonstram que eles foram afetados diretamente pelas obras da transposição do rio São Francisco. Deveriam ser a eles incluídos direitos legais enquanto quilombolas diretamente atingidos. Estes direitos devem ser observados pelos gestores da obra da transposição, pelas várias escalas de poder federativo, principalmente pelo Ministério da Integração Nacional e pelos órgãos responsáveis por lidar com os direitos dos quilombolas, como a Fundação Palmares e o INCRA.

Junto com a formalização destas comunidades pela Fundação Palmares deveria ser garantida a elas acessória jurídica, projetos, programas e políticas públicas específicas, o que não vem acontecendo.

Em relação às categorias geográficas, percebe-se claramente que estes quilombolas estão perdendo o lugar onde vivem, para um território de um grande

empreendimento. Ocupam já há décadas um lugar onde possuem uma relação íntima com a terra, mas junto com o grande empreendimento veio à ocupação das terras dos quilombolas, tanto pelas obras, quanto pela especulação imobiliária. Possuem capacidade produtiva e de subsistência, mas a chegada das obras da transposição alterou seu modo de vida. Córregos foram alterados, e o acesso à água ficou mais complicado. Houve perda de terras de plantio para a ocupação de obras ligadas ao grande empreendimento da transposição. Indenizações e obras compensatórias foram insignificantes. Não possuíram durante a implementação do projeto suas vozes ouvidas, e não há o devido respeito e contrapartidas econômicas como a geração de empregos em níveis aceitáveis pelas empresas que trabalham no lugar.

As expectativas na concretização das obras e no acesso aos benefícios que a transposição do rio São Francisco possa vir a trazer, se mostram negativas. Os entrevistados demonstraram a necessidade de se ouvir seus anseios, e suas sugestões para um desempenho social adequado das obras de transposição, da revitalização do rio São Francisco e de córregos e da natureza do lugar.

## REFERÊNCIAS

AMORIN FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: del rio, Vicente, OLIVEIRA. (Org.). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: UFSCAR/ Studio Nobel, 1999, p. 139 – 152.

AMORIN FILHO, O. B. Orientação concedida pelo professor em 10 de maio de 2014, na PUC/MG, em Belo Horizonte/MG.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. RIMA - Relatório de Impactos Ambientais. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**, julho, 2004, 136p. Disponível em [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920). Acesso em 03 abril de 2014.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2005). **Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras, PBA 01**, 15 p. Brasília, DF. Disponível em <http://www.mi.gov.br/plano-de-gestao-supervisao-e-auditoria-ambiental>. Acesso em 05 março de 2014.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **O que é o Projeto?** Disponível em <http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>. Acesso em 19 junho de 2013.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento - Petrolina-Juazeiro**. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/web/guest/regiao-integrada-de-desenvolvimento-do-polo-petrolina-e-juazeiro>. Acesso em 19 março de 2014.

BOTTURA, G. **A Compreensão das Formas de Relação da População com o Meio Ambiente: Estudo de Caso no Reservatório de Salto Grande (Americana - SP)**. 1998. 122 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental), USP, São Carlos, SP.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Atingidos pela Transposição participam do plenário do São Francisco**. Salvador, BA. 2010. Disponível em [http://cptba.org.br/joomla15index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=72](http://cptba.org.br/joomla15index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=72). Acesso em 19 junho de 2013.

Comissão Pastoral da Terra Nordeste II. **Comunidade Quilombola Jatobá Aprova Laudo Antropológico e Dá Mais um Passo na Luta Pela Demarcação do seu Território**. Disponível em <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/59-pe/3830-comunidade-quilombola-jatob%C3%A1-aprova-laudoantropol%C3%B3gico-e-d%C3%A1-mais-um-passo-na-luta-pela-demarca%C3%A7%C3%A3o-do-seu-territ%C3%B3rio.html>. Acesso em 12 março de 2014.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras em Processo Por UF: Pernambuco**. Disponível em [http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras\\_mapa.aspx?UF=pe&VerTerras=r](http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_mapa.aspx?UF=pe&VerTerras=r). Acesso em 24 março de 2014.

CHRITOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. 318 p.

DORNELES, C. T. A. **Percepção Ambiental: Uma Análise na Bacia Hidrográfica do Rio Monjolinho**. 2006. 177 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia Ambiental, USP, São Carlos, SP.

GEORGE, P. **Os Métodos da Geografia**. 2. Ed. Difel: São Paulo, 1986.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2014. Disponível em [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf). Acesso em 19 maio de 2014.

HOCHBERG, E. J. **Percepção**. New Jersey: Prentice-Hall Inc, 1966. 179p.

ISMERIM, S. F. **As Cheias do Baixo São Francisco: Estudo do Caso, Sobre a Percepção dos Ribeirinhos**. 2005. 109 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e Mapa Mental: Uma Análise Possível. **Geografia**, v. 18, n. 1, p. 207-231, 2009. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2388/2415> Acesso em 19 maio de 2014.

LIMA, G. D. **Agricultura Camponesa em Territórios de Comunidades Quilombolas Rurais no Alto Jequitinhonha - Minas Novas/MG**. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2010, 251 p.

LIMA, A. C. A. **Contribuições Teóricas da Psicologia (Psicanálise, Fenomenologia e Behaviorismo)**. Araraquara: UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. 2014, 11 p.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, 1983. 138 p.

PALMARES, Fundação Cultural (2014). Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em 11 março de 2014. Disponível em <http://quilombojatoba.wordpress.com/>. Acesso em 11 março de 2014.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, M. Uma Ontologia do Espaço: Noções Fundadoras. In: \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2012, p. 29-110. (Coleção Milton Santos, 1).

TUAN, Y.F. 1980. **Topofilia – Um estudo da Percepção e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: Difel, 288 p.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado. História Oral.** São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385 p.

Recebido em julho de 2014  
Revisado em dezembro de 2014  
Aceito em maio de 2015

